



Companhia Energética Sinop S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2026
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética Sinop S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Companhia Energética Sinop S.A.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.234.136
Preferenciais	0
Total	2.234.136
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	2.815.466	2.926.711
1.01	Ativo Circulante	122.479	190.746
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.168	37.230
1.01.02	Aplicações Financeiras	28.718	30.708
1.01.03	Contas a Receber	47.790	47.016
1.01.03.01	Clientes	47.790	47.016
1.01.04	Estoques	3.561	3.561
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.803	18.103
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.803	18.103
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.222	1.989
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.217	52.139
1.01.08.03	Outros	20.217	52.139
1.01.08.03.01	Ativo recuperável de seguros	19.633	51.633
1.01.08.03.02	Adiantamentos	584	506
1.02	Ativo Não Circulante	2.692.987	2.735.965
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	570.702	573.679
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	570.702	573.679
1.02.01.10.03	Outros ativos	5.834	4.334
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	896	880
1.02.01.10.05	Tributos e contribuições a recuperar	6.423	5.827
1.02.01.10.06	Fundos vinculados	146.835	147.602
1.02.01.10.07	Estoques	12.107	11.689
1.02.01.10.08	Ativo fiscal diferido	398.607	403.347
1.02.03	Imobilizado	2.094.277	2.133.725
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.083.638	2.124.988
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.961	2.337
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.678	6.400
1.02.04	Intangível	28.008	28.561
1.02.04.01	Intangíveis	28.008	28.561
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	28.008	28.561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	2.815.466	2.926.711
2.01	Passivo Circulante	134.147	174.242
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.224	2.134
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.224	2.134
2.01.02	Fornecedores	11.043	36.185
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.043	36.185
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.394	3.773
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.260	3.216
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	81	455
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	53	102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.211	87.376
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	57.150	54.157
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	57.150	54.157
2.01.04.02	Debêntures	42.061	33.219
2.01.05	Outras Obrigações	0	15.398
2.01.05.02	Outros	0	15.398
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	15.398
2.01.06	Provisões	16.275	29.376
2.01.06.02	Outras Provisões	16.275	29.376
2.02	Passivo Não Circulante	1.325.311	1.360.033
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.240.952	1.284.432
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.020.419	1.032.107
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.020.419	1.032.107
2.02.01.02	Debêntures	220.533	252.325
2.02.04	Provisões	84.359	75.601
2.02.04.02	Outras Provisões	84.359	75.601
2.03	Patrimônio Líquido	1.356.008	1.392.436
2.03.01	Capital Social Realizado	1.304.241	1.304.241
2.03.04	Reservas de Lucros	42.003	88.195
2.03.04.01	Reserva Legal	5.784	5.784
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	36.219	82.411
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.764	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	92.441	187.315	88.740	179.292
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.172	-94.881	-50.802	-101.477
3.03	Resultado Bruto	47.269	92.434	37.938	77.815
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.628	-4.845	1.937	4.311
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.122	-5.848	-2.608	-4.779
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	494	1.003	4.545	9.090
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	44.641	87.589	39.875	82.126
3.06	Resultado Financeiro	-37.550	-72.726	-33.617	-69.302
3.06.01	Receitas Financeiras	7.316	14.785	7.848	14.709
3.06.02	Despesas Financeiras	-44.866	-87.511	-41.465	-84.011
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	7.091	14.863	6.258	12.824
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.392	-5.099	-2.177	-4.347
3.08.01	Corrente	-70	-359	0	0
3.08.02	Diferido	-2.322	-4.740	-2.177	-4.347
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.699	9.764	4.081	8.477
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.699	9.764	4.081	8.477
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0021	0,00437	0,00183	0,00379
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0021	0,00437	0,00183	0,00379

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	4.699	9.764	4.081	8.477
4.03	Resultado Abrangente do Período	4.699	9.764	4.081	8.477

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.030	19.015
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	132.899	119.672
6.01.01.01	Lucro antes da apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social	14.863	12.824
6.01.01.03	Encargos da dívida	85.105	81.378
6.01.01.07	Receitas financeiras das contas vinculadas	-6.940	-7.522
6.01.01.08	Receitas financeiras sobre as aplicações	-2.203	-5.156
6.01.01.09	Provisões para contingências	0	-163
6.01.01.10	Aumento das provisões por atualização monetária	-630	185
6.01.01.11	Depreciação e amortização	42.704	38.126
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.915	-15.667
6.01.02.01	Adiantamentos	-78	-436
6.01.02.02	Tributos e contribuições a recuperar	8.135	6.673
6.01.02.03	Contas a receber	-774	2.590
6.01.02.04	Despesas antecipadas	767	868
6.01.02.05	Estoques	-418	-1.055
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-16	-89
6.01.02.07	Outros ativos	30.500	-1.600
6.01.02.08	Fornecedores	-26.012	-7.969
6.01.02.09	Tributos e contribuições a recolher	1.922	123
6.01.02.10	Obrigações trabalhistas	-910	-668
6.01.02.11	Encargos setoriais	1.449	731
6.01.02.12	Uso do bem público	-1.520	-1.454
6.01.02.14	Obrigações socioambientais	-5.130	-4.991
6.01.02.16	Contratos onerosos	0	-8.390
6.01.03	Outros	-91.784	-84.990
6.01.03.01	Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	-46.625	-47.365
6.01.03.02	Juros pagos na liquidação da dívida com as Debêntures	-44.800	-37.625
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-359	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.055	-1.638
6.02.01	Aplicações financeiras	4.193	-46.185
6.02.02	Adição de imobilizado	-1.758	-6.926
6.02.04	Adição de intangível	-87	-12
6.02.05	(Depósitos) saques de contas vinculadas	7.707	51.485
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-87.147	-34.989
6.03.01	Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	-25.325	-22.631
6.03.03	Arrendamento mercantil	-232	-285
6.03.04	Dividendos distribuídos	-61.590	-12.073
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.062	-17.612
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.230	29.559
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.168	11.947

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.304.241	0	88.195	0	0	1.392.436
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.304.241	0	88.195	0	0	1.392.436
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-46.192	0	0	-46.192
5.04.06	Dividendos	0	0	-46.192	0	0	-46.192
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.764	0	9.764
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.764	0	9.764
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.304.241	0	42.003	9.764	0	1.356.008

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.304.241	2.542	36.218	0	0	1.343.001
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.304.241	2.542	36.218	0	0	1.343.001
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	8.477	0	8.477
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	8.477	0	8.477
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.304.241	2.542	36.218	8.477	0	1.351.478

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	218.220	223.988
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	218.132	223.813
7.01.02	Outras Receitas	88	175
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-70.611	-88.588
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-59.974	-87.446
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.640	-10.395
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.003	9.090
7.02.04	Outros	0	163
7.03	Valor Adicionado Bruto	147.609	135.400
7.04	Retenções	-42.704	-38.126
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.704	-38.126
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	104.905	97.274
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.785	14.709
7.06.02	Receitas Financeiras	14.785	14.709
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	119.690	111.983
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	119.690	111.983
7.08.01	Pessoal	5.273	4.819
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.076	3.750
7.08.01.02	Benefícios	1.012	899
7.08.01.03	F.G.T.S.	185	170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.142	14.673
7.08.02.01	Federais	17.136	14.667
7.08.02.02	Estaduais	3	3
7.08.02.03	Municipais	3	3
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.511	84.014
7.08.03.01	Juros	87.511	84.011
7.08.03.02	Aluguéis	0	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.764	8.477
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.764	8.477

Notas explicativas às Informações Contábeis Intermediárias

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

O controle é exercido de forma compartilhada entre a EDF Brasil Holding S.A., que detém 51% das ações da Companhia e Centrais Elétricas do Brasil S.A. – (“AXIA Energia”), que detém 49% das ações através de suas controladas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – (“AXIA Energia Norte”) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – (“AXIA Energia Nordeste”), nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 22), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013. Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 29 de janeiro de 2050.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 2025, a reforma tributária sobre o consumo foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor de geração de energia. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma.

A Companhia implementou os procedimentos iniciais para cumprimento das devidas obrigações acessórias e está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído até o final de 2026.

2 Sinistro da comporta vagão da UG2

Em abril de 2025, a Companhia identificou a necessidade de parada da Unidade Geradora 2 (UG2) em virtude de falhas na comporta vagão, e com estudos aprofundados foi verificada a necessidade de um completo reparo, inclusive, incluindo a compra de uma nova comporta. Todos os trabalhos necessários foram realizados e em 3 de setembro de 2025, a Unidade Geradora 2 (UG2) retornou à geração. Os custos de aquisição da comporta, reparos e lucros cessantes serão ressarcidos em função de seguro existente. Encontram-se registrados, em seus ativos, R\$ 19.633 para os impactos dos lucros cessantes referentes à compra de energia devido a não operação da UG2. Em 28 de abril de 2026, a seguradora fez um pagamento de R\$ 32.000. A previsão de recebimento do restante dos recursos é até o final de 2026.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. As informações das notas explicativas que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A emissão destas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de agosto de 2026.

As informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Não ocorreram alterações relevantes no uso de estimativas e julgamentos, que estão detalhados na nota 3.3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras; e (iv) lucro contábil apurado no último exercício. A Companhia possui um fluxo de caixa consistente que garantiu os fluxos de pagamento desses períodos, já que parte dos prejuízos são contábeis e não de caixa.

4 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis materiais utilizadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

6 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição de alteração	Vigência
IFRS 18 CPC 51	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A Companhia está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2027, aplicação retrospectiva.
IFRS 7 (CPC 40)	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. A norma exige que empresas divulguem informações detalhadas sobre instrumentos financeiros, aumentando a transparência e facilitando a avaliação de riscos. Isso significa divulgar informações sobre instrumentos complexos como derivativos e contratos de energia, impactando a gestão de riscos e exigindo sistemas e controles robustos. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança. Esta implementação, introduz o modelo de perdas esperadas para ativos financeiros, impactando empresas com grande volume de contas a receber. Isso pode levar ao aumento de provisões para perdas, exigindo novos modelos de cálculo e impactando resultados, mas também aumenta a transparência e pode melhorar a gestão de risco de crédito a longo prazo. A Administração avalia o impacto para desenvolver modelos, investir em tecnologia e monitorar seus resultados para implementação da norma de forma eficaz. A Companhia não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.	01/01/2026

7 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Fundo fixo de caixa	1	2
Conta corrente	3	2.070
Aplicações financeiras de curto prazo	9.164	35.158
	<u>9.168</u>	<u>37.230</u>

O caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras compromissadas (CDBs e fundos de renda fixa), e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

8 Aplicações financeiras

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações em Fundos DI	28.718	30.708
	28.718	30.708

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos em títulos públicos de longo prazo, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI (entre 100% e 102% do CDI).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 29.

9 Contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Contas a receber de clientes (a)	54.017	58.449
Contas a receber CCEE (b)	4.238	-
Partes relacionadas (c)	1.052	1.087
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos (d)	(11.517)	(12.520)
	47.790	47.016

Referem-se, substancialmente:

(a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 42.500 (R\$ 45.929 em 31 de dezembro de 2025), e venda de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre R\$ 11.517 (R\$ 12.520 em 31 de dezembro de 2025);

(b) Aumento de receita no período, principalmente decorrente de recontabilização da CCEE para fins de Garantia Física no período de suspensão comercial (2025);

(c) No Ambiente de Contratação Livre (ACL) partes relacionadas R\$ 1.052 (R\$ 1.087 em 31 de dezembro de 2025); e

(d) R\$ 11.517 (R\$ 12.520 em 31 de dezembro de 2025); de perda decorrente de inadimplência contratual, devido a deterioração da capacidade financeira da comercializadora de energia, nota explicativa 26(i).

Não há saldos em contas a receber vencidos por mais de 30 dias, com exceção dos valores decorrente de inadimplência contratual conforme descrito acima.

10 Tributos e contribuições a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Circulante		
Imposto de renda a recuperar	8.936	8.592
IR e CS antecipação	1.518	1.732
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar	1.164	2.040
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar	185	5.739
	11.803	18.103

Não circulante	30/06/2026	31/12/2025
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	6.182	5.586
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	241	241
	6.423	5.827
	18.226	23.930

11 Ativo recuperável de seguros

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta EDF S.A. na França. O Conjunto de máquinas, barragens e demais construções da referida apólice têm cobertura no montante de R\$ 2.679.424 para danos materiais e R\$ 481.532 para lucros cessantes.

A Companhia teve em 06 de abril de 2025 a abertura junto a seguradora de sinistro ocorrido em sua comporta da UG2. A razão do sinistro foi em decorrência de falha na montagem das comportas, onde os pinos de sustentação foram usinados, causando a fratura do equipamento e sua queda. O sinistro se encerrou em 03 de setembro de 2025 com o reestabelecimento da operação da máquina.

Por conta da quebra do equipamento, ocorreu a impossibilidade de geração da unidade e foi necessária a compra de energia no mercado para atendimento a seus contratos de vendas. O registro contábil está amparado pela posição do regulador do sinistro e dos corretores de seguros envolvidos no pleito. Adicionalmente, a administração avaliou a documentação que suporta o pleito e concluiu que a realização desse ativo é virtualmente certa. Os valores pleiteados de cobertura de seguros são apresentados a seguir:

	Valor do gasto (i)	Pleito à seguradora (ii)	Registro contábil (iii)
Sinistro da quebra da Comporta	18.489	15.410	15.410
Sinistro Comporta - compra de energia (Business interruption)	71.223	71.223	71.223
Antecipação recebida	-	-	(67.000)
Total	89.712	86.633	19.633
(i)	Corresponde aos gastos com a aquisição da nova comporta e com a aquisição de energia em decorrência do sinistro;		
(ii)	Valores notificados à seguradora para pagamento já descontado o valor da franquia; e		
(iii)	Saldo pendente de recebimento em 30/06/2026.		

12 Fundos Vinculados

30/06/2026 31/12/2025

(i) Referentes aos empréstimos BNDES

Conta reserva	37.000	36.836
Conta reserva adicional	36.977	36.521
Conta centralizadora	14.010	12.455
	87.987	85.812

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva	45.919	37.789
Conta de pagamento	5.529	17.003
	51.448	54.792

(iii) Referente ao CUST

Conta centralizadora	7.400	6.998
	7.400	6.998

146.835	147.602
----------------	----------------

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta centralizadora

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia. Com a conclusão, ocorrida no quarto trimestre de 2025, tornou-se necessário a composição da Conta Reserva Adicional, através de aporte em dinheiro em substituição à fiança bancária utilizada.

Conta reserva adicional

Corresponde a 03 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida caso a BENEFICIÁRIA apresente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos).

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo correspondente ao valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	30/06/2026	31/12/2025
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(646.219)	(647.780)
Imposto de renda diferido	25%	161.923	162.039
Contribuição social diferida	9%	58.258	58.301
		220.181	220.340
Diferenças temporárias (<i>Impairment e outros</i>)		(650.028)	(650.028)
Imposto de renda diferido	25%	162.507	162.507
Contribuição social diferida	9%	58.503	58.503
		221.010	221.010
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		125.255	111.778
Imposto de renda diferido	25%	(31.311)	(27.943)
Contribuição social diferida	9%	(11.273)	(10.060)
		(42.584)	(38.003)
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		(1.170.992)	(1.186.030)
Imposto de renda diferido	25%	293.119	296.603

Contribuição social diferida	9%	105.488	106.744
		398.607	403.347
Imposto de renda corrente	25%	(231)	(435)
Contribuição social corrente	9%	(87)	(163)
		(318)	(598)

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2024	436.875
Reconhecimento no exercício	11.712
(-) Reversão no exercício	(45.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	403.347
(-) Reversão no período	(4.740)
Saldo em 30 de junho de 2026	398.607

Demonstrativo de base de cálculo

	Períodos de 3 meses findos		Períodos de 6 meses findos	
	em	em	em	em
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL	IR e CSLL
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	7.091	6.258	14.863	12.824
Adições:	247	351	499	701
AVP sobre contratos onerosos	-	351	-	701
Outros	247	-	499	-
Exclusões:	(7.021)	(11.882)	(13.804)	(23.926)
Reversão do Impacto do <i>impairment</i> sobre a depreciação	(6.738)	(7.337)	(13.477)	(14.673)
Realização da provisão dos contratos onerosos	-	(4.545)	-	(9.090)
Reversão da prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	-	-	-	(163)
Outros	(283)	-	(327)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes da compensação	317	(5.273)	1.558	(10.401)
Compensação de 30% do prejuízo fiscal	(95)	-	(467)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	222	(5.273)	1.091	(10.401)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no período	(34)	1.793	(371)	3.536
Impacto no valor do IR *	7	7	13	14
IR e CS sobre compensação	(33)	(1)	(159)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(68)	1.800	(358)	3.550
(Reversão/provisão de diferenças temporárias)	(2.291)	(3.976)	(4.582)	(7.897)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.392)	(2.177)	(5.099)	(4.347)
Contribuição social diferida	(615)	(578)	(1.255)	(1.153)
Imposto de renda diferido	(1.707)	(1.599)	(3.485)	(3.194)
Contribuição social corrente	(20)	-	(98)	-
Imposto de renda corrente	(50)	-	(261)	-
	(2.392)	(2.177)	(5.099)	(4.347)

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 30 de junho de 2026.

Exercícios	Total
2026	4.412
2027	9.473
2028	12.388
2029	15.142
2030	18.853
2031	21.154
Entre 2032 até o final do contrato de concessão (*)	<u>317.185</u>
Total	398.607

(*) A Companhia estima que a realização do prejuízo fiscal ocorrerá até o ano de 2039, enquanto a realização das diferenças temporárias será até o final do período da concessão, em janeiro de 2050.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

14 Imobilizado

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Depreciação (*)	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 30/06/2026
Geração							
Em curso							
Edificações, obras e benfeitorias	54	49	-	-	-	-	103
Reservatórios, barragens e adutoras (i)	5.941	1.598	-	-	-	-	7.539
Máquinas e equipamentos	405	631	-	-	-	-	1.036
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal – Geração em curso	6.400	2.278	-	-	-	-	8.678
Em serviço							
Veículos	797	-	-	-	-	-	797
Terrenos	393.306	7	-	-	-	-	393.313
Reservatórios	2.103.757	-	-	-	-	-	2.103.757
Edificações	490.689	-	-	-	-	-	490.689
Máquinas e equipamentos	277.428	306	-	-	-	-	277.734
Móveis e utensílios	1.250	29	-	-	-	-	1.279
(-) Depreciação acumulada – Veículos (ii)	(527)	-	(33)	-	-	-	(560)

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 30 de junho de 2026

		Saldo em 31/12/2025	Adições	Depreciação (*)	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 30/06/2026
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(65.070)	-	(4.641)	-	-	-	(69.711)
– Terrenos								
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(323.236)	-	(26.840)	-	-	-	(350.076)
– Reservatórios								
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(82.112)	-	(5.860)	-	-	-	(87.972)
– Edificações								
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(50.603)	-	(3.778)	-	-	-	(54.381)
– Máquinas e equipamentos								
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(315)	-	(30)	-	-	-	(345)
– Móveis e utensílios								
Subtotal – Geração em serviço		2.745.364	342	(41.182)	-	-	-	2.704.524
Total – Geração		2.751.764	2.620	(41.182)	-	-	-	2.713.202
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(5.841)	-	(415)	-	-	-	(6.256)
Total – Sistema de transmissão de conexão		28.279	-	(415)	-	-	-	27.864
Administração								
Em serviço		2.784	8	-	-	-	-	2.792
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(2.295)	-	(103)	-	-	-	(2.398)
Total – Administração		489	8	(103)	-	-	-	394
Imobilizado - Direito de uso		2.895	-	-	-	-	-	2.895
(-) Depreciação - Imobilizado - Direito de uso		(558)	-	(376)	-	-	-	(934)
Total - Direito em uso		2.337	-	(376)	-	-	-	1.961
Total – Imobilizado		2.782.869	2.628	(42.076)	-	-	-	2.743.421
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(649.144)	-	-	-	-	-	(649.144)
Total – Imobilizado líquido		2.133.725	2.628	(42.076)	-	-	-	2.094.277

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2025

		Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 30/06/2025
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias		54	-	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras	(i)	820	705	-	-	920	-	2.445

Companhia Energética Sinop S.A.
Informações Contábeis Intermediárias
em 30 de junho de 2026

		Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 30/06/2025
Máquinas e equipamentos		1.591	1.555	-	-	-	-	3.146
Adiantamentos a fornecedores		-	1.299	-	-	-	-	1.299
		2.465	3.559	-	-	920	-	6.944
Terrenos		-	-	-	-	-	-	-
Medições		-	-	-	-	-	-	-
Subtotal – Geração em curso		2.465	3.559	-	-	920	-	6.944
Em serviço								
Veículos		752	45	-	-	-	-	797
Terrenos		393.161	145	-	-	-	-	393.306
Reservatórios		2.082.791	909	-	-	-	-	2.083.700
Edificações		491.609	-	-	-	920	-	490.689
Máquinas e equipamentos		274.178	484	-	-	-	-	274.662
Móveis e utensílios		1.204	2	-	-	-	-	1.206
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(ii)	(453)	-	(36)	-	-	-	(489)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(ii)	(56.164)	-	(4.453)	-	-	-	(60.617)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(ii)	(271.514)	-	(22.993)	-	-	-	(294.507)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(ii)	(70.867)	-	(5.623)	-	-	-	(76.490)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(ii)	(43.353)	-	(3.615)	-	-	-	(46.968)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(ii)	(259)	-	(28)	-	-	-	(287)
Subtotal – Geração em serviço		2.801.085	1.585	(36.748)	-	920	-	2.765.002
Total – Geração		2.803.550	5.144	(36.748)	-	-	-	2.771.946
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(5.044)	-	(399)	-	-	-	(5.443)
Total – Sistema de transmissão de conexão		29.076	-	(399)	-	-	-	28.677
Administração								
Em serviço		2.738	24	-	-	-	-	2.762
(-) Depreciação acumulada	(ii)	(2.086)	-	(104)	-	-	-	(2.190)
Total – Administração		652	24	(104)	-	-	-	572
Imobilizado – Direito de uso		1.855	-	-	-	-	-	1.855

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 30/06/2025
(-) Depreciação – Imobilizado – Direito de uso	(102)	-	(281)	-	-	-	(383)
Total – Direito em uso	1.753	-	(281)	-	-	-	1.472
 Total – Imobilizado	 2.835.031	 5.168	 (37.532)	 -	 -	 -	 2.802.667
 (-) Provisão para redução do valor recuperável	(736.080)	-	-	-	-	-	(736.080)
Total – Imobilizado líquido	2.098.951	5.168	(37.532)	-	-	-	2.066.587

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2029, conforme detalhado na nota explicativa 20.
- (ii) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

(*) A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante “Obrigações Especiais da Concessão” no valor R\$ 12.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício/período

A Companhia não identificou nenhuma situação que seja requerido *reassessment* de *impairment*.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	(649.144)	(736.080)
Reversão da provisão	-	86.936
Total impairment	(649.144)	(649.144)

15 Intangível

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026

	Saldo em 31/12/2025	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 30/06/2026
Geração				
Em serviço				
Software	455	87	-	542
(-) Amortização Softwares	(207)	-	(54)	(261)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização– acumulada – UBP	(7.223)	-	(586)	(7.809)
Total – Geração	28.453	87	(640)	27.900
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.014)	-	-	(1.014)
Em curso	105	-	-	105

	Saldo em 31/12/2025	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 30/06/2026
Total – Administração	108	-	-	108
Total	28.561	87	(640)	28.008

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 30/06/2025
Geração				
Em serviço				
Software	288	12	-	300
(-) Amortização Softwares	(125)	-	(22)	(147)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização – acumulada – UBP	(6.051)	-	(586)	(6.637)
Total – Geração	29.540	12	(608)	28.944
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.012)	-	-	(1.012)
Total – Administração	5	-	-	5
Total	29.545	12	(608)	28.949

- (i) Geração – Em serviço – Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531, atualizados pelo IPCA. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

16 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
EUST (i)	4.063	3.903
Materiais e serviços (ii)	2.863	5.736
Partes relacionadas (iii)	2.232	2.306
Outros (iv)	1.385	1.417
Energia comprada para revenda (v)	500	21.013
Seguros a pagar (vi)	-	1.810
	11.043	36.185

- (i) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras;
(ii) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina;
(iii) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela AXIA Energia Norte e AXIA Energia Nordeste, veja nota explicativa 28;
(iv) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, retenções contratuais etc;
(v) Referem-se a compra de energia elétrica do período;
(vi) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional e seguros judiciais;

17 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 30 de junho de 2026

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	54.394	-	(1.098)	53.296
Atualização		-	3.854	-	3.854
		<u>54.394</u>	<u>3.854</u>	<u>(1.098)</u>	<u>57.150</u>
Não circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	1.032.465	-	(12.046)	1.020.419
		-	-	-	-
		<u>1.032.465</u>	<u>-</u>	<u>(12.046)</u>	<u>1.020.419</u>
Total do financiamento		<u><u>1.086.859</u></u>	<u><u>3.854</u></u>	<u><u>(13.144)</u></u>	<u><u>1.077.569</u></u>

Composição do financiamento em 30 de junho de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a. + TJLP				
Financiamentos		48.532	-	(1.098)	47.434
Atualização		-	3.915	-	3.915
		<u>48.532</u>	<u>3.915</u>	<u>(1.098)</u>	<u>51.349</u>
Não circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos		1.055.697	-	(13.144)	1.042.553
Atualização	TJLP	1.055.697	-	(13.144)	1.042.553
		-	-	-	-
Total do financiamento		<u><u>1.104.229</u></u>	<u><u>3.915</u></u>	<u><u>(14.242)</u></u>	<u><u>1.093.902</u></u>

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 18) em 30 de junho de 2026 – (6 meses)

	Passivos		Total
	Financiamento BNDES	Debêntures	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.086.264	285.544	1.371.808
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Amortização de principal	(25.325)	-	(25.325)

	Passivos	
	Financiamento BNDES	Debêntures
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(25.325)	-
Outras variações		
Provisão de juros	62.710	21.415
Pagamento de juros	(46.625)	(44.800)
Custo de transação	545	435
Total de outras variações	16.630	(22.950)
Saldo em 30 de junho de 2026	1.077.569	262.594

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 18) em 30 de junho de 2025 - (6 meses)

	Passivos	
	Financiamento BNDES	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.104.034	297.477
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Amortização de principal	(22.631)	-
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(22.631)	-
Outras variações		
Provisão de juros	59.319	21.079
Pagamento de juros	(47.365)	(37.625)
Custo de transação	545	435
Total de outras variações	12.499	(16.111)
Saldo em 30 de junho de 2025	1.093.902	281.366

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos, nas contas de imobilizado. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesas financeiras.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
			Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da
D	5.000	TJLP	Companhia
Total	1.018.000		

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2026	57.150
2027	55.769
2028	56.754
2029	61.785
2030	67.263
2031	73.227
Após 2031	717.667
Total da dívida com encargos	1.089.615
	(12.046)
	1.077.569
Custo incremental de longo prazo	

Garantias e cláusulas restritivas

No quarto trimestre de 2025, em razão do cumprimento da integralidade das condições contratuais estabelecidas na Cláusula Décima Nona do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e 3.9.1.4 da Escritura de Emissão das Debêntures, houve o “Completion” Físico-Financeiro do Projeto, com a exoneração das garantias fidejussórias: (i) fiança corporativa da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.; (ii) fiança corporativa da AXIA Energia S.A. (AXIA Energia); e (iii) AXIA Energia Nordeste S.A. (AXIA Energia Nordeste) e AXIA Energia Norte S.A. (AXIA Energia Norte) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas.

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de junho de 2026, está em 48% (46% em 31 de dezembro de 2025).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

18 Debêntures - Segunda emissão de debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2027	42.061
2028	46.115
2029	43.623
2030	49.627
2031	41.262
2032	47.337
Total da dívida com encargos	270.025
Custo incremental de longo prazo	(4.431)
	262.594

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

No quarto trimestre de 2025, em razão do cumprimento da integralidade das condições contratuais estabelecidas na Cláusula Décima Nona do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e 3.9.1.4 da Escritura de Emissão das Debêntures, houve o “Completion” Físico-Financeiro do Projeto, com a exoneração das garantias fidejussórias: (i) fiança corporativa da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.; (ii) fiança corporativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia); e (iii) Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (AXIA Energia Nordeste) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (AXIA Energia Norte) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do “Completion” Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o “Completion” Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados, constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático do contrato.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

Composição das debêntures em 30 de junho de 2026

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	41.855	-	(806)	41.049
Atualização		-	1.012	-	1.012
		41.855	1.012	(806)	42.061

Não circulante

Debêntures	224.964	-	(4.431)	220.533
	224.964	-	(4.431)	220.533
Total das debêntures	266.819	1.012	(5.237)	262.594

Composição das debêntures em 30 de junho de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	33.279	-	(789)	32.490
Atualização		-	1.012	-	1.012
		33.279	1.012	(789)	33.502
Não circulante					
Debêntures		253.190	-	(5.326)	247.864
		253.190	-	(5.326)	247.864
Total das debêntures		286.469	1.012	(6.115)	281.366

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026 - (6 meses)

	Saldo em 31/12/2025	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2026
Circulante						
Debêntures	32.206	(44.800)	53.573	-	69	41.048
Atualização	1.012	-	(20.969)	20.969	-	1.012
	33.218	(44.800)	32.604	20.969	69	42.060
Não circulante						
Debêntures	252.326	-	(32.604)	446	366	220.534
	252.326	-	(32.604)	446	366	220.534
Total das debêntures	285.544	(44.800)	-	21.415	435	262.594

Movimento do período findo em 30 de junho de 2025 – (6 meses)

	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 30/06/2025
Circulante						
Debêntures	24.535	(37.625)	45.520	-	60	32.490
Atualização	1.012	-	(20.420)	20.420	-	1.012
	25.547	(37.625)	25.100	20.420	60	33.502
Não circulante						
Debêntures	271.930	-	(25.100)	659	375	247.864
	271.930	-	(25.100)	659	375	247.864
Total das debêntures	297.477	(37.625)	-	21.079	435	281.366

19 Uso do Bem Público

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026 - (6 meses)

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.923	30.489	33.412
Atualizações monetárias	103	1.694	1.797
Pagamentos	(1.520)	-	(1.520)
Transferências	1.520	(1.520)	-
Saldo em 30 de junho de 2026	3.026	30.663	33.689

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2025 - (6 meses)

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.798	31.355	34.153
Atualizações monetárias	92	1.503	1.595
Pagamentos	(1.455)	-	(1.455)
Transferências	1.455	(1.455)	-
Saldo em 30 de junho de 2025	2.890	31.403	34.293

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531, atualizados pelo IPCA (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia, objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

20 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, as quais foram reconhecidas no custo do reservatório (Imobilizado) e resultados do período.

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026 - (6 meses)

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.777	38.125	63.902
Baixas (i)	(5.130)	-	(5.130)
Transferências	(8.348)	8.348	-
Saldo em 30 de junho de 2026	12.299	46.473	58.772

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2025 - (6 meses)

	Passivo		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.175	49.591	71.766
Baixas	(4.991)	-	(4.991)
Transferências	6.614	(6.614)	-
Saldo em 30 de junho de 2025	23.798	42.977	66.775

Em 30 de junho de 2026, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

(i) Durante este período a Companhia incorreu em gastos no valor de R\$ 1.619 ao STP (Sistema de Transposição de Peixes), R\$ 1.421 referente ao PRAD APP Reservatório, R\$ 861 na Estações Telemetrizadas Sondas e R\$ 386 do SNUC. Sendo estes os valores substanciais baixados.

21 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais condenações de natureza financeira, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade de perda “provável” Movimentações em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Saldo inicial	-	163
Baixas	-	(163)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, consequentemente, não há provisionamento de valores.

Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 360.926 (R\$ 343.701 em 31 de dezembro de 2025), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte, além de eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, regulatórios, fiscais e ambientais.

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2026 - (6 meses)

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2026
Cíveis e outras (i)	243.701	12.087	-	255.788
Tributárias (ii)	98.801	5.340	-	104.141
Trabalhistas (iii)	1.199	-	(202)	997
Total	343.701	17.427	(202)	360.926

Movimentação do período findo em 30 de junho de 2025 – (6 meses)

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 30/06/2025
Cíveis e outras (i)	227.870	23.291	(15.240)	235.921
Tributárias (ii)	79.929	13.111	-	93.040
Trabalhistas (iii)	1.694	130	(111)	1.713
Total	309.493	36.532	(15.351)	330.674

(i) Cíveis

Os processos mais relevantes são: (i) Uma ação ajuizada contra a Sinop Energia pela empresa responsável da construção da hidrelétrica, na qual se discute a responsabilidade contratual decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina, no montante atualizado de R\$ 184.163; e (ii) Uma Ação Civil Pública na qual o MPF solicita a revisão do pagamento da indenização de assentados do PA (“Programa de Assentamento”) Wesley Manoel dos Santos, no montante atualizado de R\$ 47.977.

(ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 19.162, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhido a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

Em março de 2025, a Companhia obteve a sentença favorável, declarando a nulidade do Auto de Infração 01/ISSQN/PMI/2018, bem como condenando o município ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico (CDA), o Município entrou com recurso. O TJMT, em reexame necessário, anulou a sentença que havia sido favorável para a Sinop Energia, mantendo válido o débito fiscal.

Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram rejeitados pelo TJMT, mantendo-se integralmente o acórdão desfavorável. Diante disso, foram protocolados os recursos excepcionais perante os Tribunais Superiores, com a interposição do Recurso Extraordinário ao STF, com foco na incorreta qualificação jurídica da operação EPC e na impossibilidade de incidência global do ISS sobre operações complexas envolvendo fornecimento de materiais, equipamentos e circulação de mercadorias. Aguarda-se o juízo de admissibilidade.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R\$ 65.915, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhido a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

O recurso foi parcialmente provido pelo CARF para determinar que multa aplicada seja incidente apenas sobre incorreções constada no e-lalur.

Já considerando o provimento parcial do recurso, a Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R\$ 17.425. O processo administrativo ainda está em trâmite, o recurso especial da Sinop não foi conhecido e foi apresentado recurso de agravo pela Sinop Energia, objetivando o conhecimento do recurso especial, no qual se requer a anulação total da multa.

(i) Trabalhistas

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

22 Patrimônio líquido

A Companhia elaborou e está apresentando abaixo, em conformidade com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas vigentes, que estabelecem as diretrizes para a gestão e distribuição dos resultados.

Capital social e absorção dos prejuízos acumulados

Em 28 de outubro de 2024, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a qual deliberou sobre a redução do capital social, sem cancelamento de ações, para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados e com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social. Em conformidade com essa AGE, em 30 de junho de 2026 o valor total de

capital social integralizado é de R\$ 1.304.241 (R\$ 1.304.241, em 31 de dezembro de 2025), que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 30 de junho de 2026 é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2025), até o limite de 2.234.136.000 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia, em quantidade de ações (mil), está assim representada, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Acionistas	Autorizado	Participação
AXIA Energia Norte S.A. – AXIA Energia Norte	547.363	24,5%
AXIA Energia Nordeste S.A. – AXIA Energia Nordeste	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	1.139.410	51,0%
	2.234.136	100,0%

Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	4.699	4.081	9.764	8.477
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136	2.234.136	2.234.136
Lucro por ação (básico) – R\$	0,00210	0,00183	0,00437	0,00379
Lucro por ação (diluído) – R\$	0,00210	0,00183	0,00437	0,00379

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

(i) Remuneração aos acionistas

Em 02 de abril de 2026, a Assembleia Geral Ordinária (AGO), aprovou os dividendos relativos ao exercício de 2025, no montante de R\$ 61.590.

Movimentação do saldo

Dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025	15.398
Dividendos adicionais	46.192
	61.590

23 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas com vendas de energia - ACR	98.517	96.020	203.149	197.690
Receitas com vendas de energia - ACL (i)	4.635	1.227	9.282	4.897
Receitas com vendas de energia - CCEE	4.238	5.957	5.701	8.066
COFINS sobre venda de energia elétrica	(8.162)	(8.347)	(16.578)	(17.010)
Encargos setoriais	(5.015)	(4.305)	(10.640)	(10.658)
PIS sobre venda de energia elétrica	(1.772)	(1.812)	(3.599)	(3.693)
	92.441	88.740	187.315	179.292

- (ii) As receitas com vendas de energia ACL representam operações de venda de energia com acionistas e comercializadora.

24 Custos operacionais

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Depreciações e amortizações	(21.185)	(18.954)	(42.363)	(37.894)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(14.806)	(14.036)	(29.569)	(27.980)
Seguro do risco hidrológico	(7.348)	(7.049)	(14.615)	(14.020)
Serviços de terceiros	(3.839)	(3.645)	(7.685)	(7.500)
Outros (seguros, taxas regulatórias, materiais etc.)	(988)	(785)	(2.195)	(1.566)
Pessoal, encargos e benefícios	(831)	(777)	(1.594)	(1.469)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	2.557	2.404	5.112	4.808
Energia elétrica comprada para revenda	1.268	(7.960)	(1.972)	(15.856)
	(45.172)	(50.802)	(94.881)	(101.477)

25 Despesas gerais e administrativas

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Pessoal, encargos e benefícios	(1.966)	(1.753)	(3.679)	(3.350)
Serviços de terceiros	(735)	(415)	(1.166)	(849)
Outros (Arrendamentos, Materiais, Despesas, Passagens e Litígios)	(267)	(335)	(694)	(370)
Depreciações e amortizações	(170)	(116)	(341)	(232)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	16	11	32	22
	(3.122)	(2.608)	(5.848)	(4.779)

26 Outras reversões/receitas operacionais

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Reversão de PDD – Provisão para Devedores Duvidosos (i)	494	-	1.003	-
Reversão da provisão dos contratos onerosos (ii)	-	4.545	-	9.090
	494	4.545	1.003	9.090

(i) A Administração reconheceu, no quarto trimestre de 2025, como provisão para perda o valor a receber em razão de inadimplemento contratual por parte da comercializadora de energia, devido à deterioração da capacidade financeira da referida empresa. A Comercializadora está em processo de recuperação judicial. Considerando os desdobramentos regulatórios recentes, somados a incerteza presente na recuperação da comercializadora, a Administração entende que a provisão para perdas de 100% constituída em 31 de dezembro de 2025 se mantém para este período, apenas revertendo os montantes efetivamente liquidados mensalmente, nota explicativa 9 (i.c).

(ii) Com a finalidade de recomposição de lastro de energia devido às indisponibilidades ocorridas até 2021, a Companhia celebrou contratos de compra de energia, em 2021, para os anos de 2022 a 2025. Contudo, em dezembro

de 2023, fora reconhecido a onerosidade entre o custo da aquisição e a projeção de valor de mercado para os anos de 2024 e 2025. Dessa forma, a Companhia realizou seus custos pelo valor de aquisição e reverteu as devidas provisões contabilizadas em 2023.

27 Resultado financeiro

	Períodos de 3 meses findos		Períodos de 6 meses findos	
	em		em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.706	7.169	12.332	13.442
Atualizações monetárias	1.602	678	2.432	1.265
Outras receitas financeiras	8	1	21	2
Subtotal	7.316	7.848	14.785	14.709
Despesas financeiras				
Encargos sobre os financiamentos BNDES e				
Debêntures	(43.441)	(37.494)	(85.105)	(81.571)
Atualizações monetárias	(1.104)	(3.448)	(1.802)	(1.595)
AVP	-	(351)	-	(701)
Outras despesas financeiras	(184)	(172)	(290)	(144)
Juros pagos	(137)	-	(314)	-
Subtotal	(44.866)	(41.465)	(87.511)	(84.011)

28 Partes relacionadas

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Brasil Holding S.A. (EDF), a AXIA Energia Nordeste S.A. (AXIA Energia Nordeste) e AXIA Energia Norte S.A. (AXIA Energia Norte) Controladores diretos; a Electricité de France International (EDFI) e a AXIA Energia S.A. (AXIA Energia) Controladores indiretos.

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Serviços) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Saldos com partes relacionadas

	30/06/2026		01/01/2026 a 30/06/2026	31/12/2025		01/01/2025 a 30/06/2025
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
AXIA ENERGIA NORTE						
Venda de energia elétrica (i)	526	-	3.174	544	-	3.020
EUST (ii)	-	335	(2.001)	-	335	(1.757)
Dividendos	-	-	-	-	-	-

	526	335	1.173	544	335	1.263
AXIA ENERGIA NORDESTE						
Venda de energia elétrica (i)	526	-	3.174	544	-	3.020
EUST (ii)	-	437	(2.632)	-	438	(3.092)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
	526	437	542	544	438	(72)
AXIA ENERGIA SUL						
EUST (ii)	-	196	(1.174)	-	199	(1.148)
	-	196	(1.174)	-	199	(1.148)
AXIA ENERGIA						
EUST (ii)	-	544	(3.270)	-	547	(3.188)
	-	544	(3.270)	-	547	(3.188)
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	773	(4.703)	-	845	(4.316)
Dividendos	-	-	-	-	-	-
	-	773	(4.703)	-	845	(4.316)
TOTAL	1.052	2.285	(7.432)	1.088	2.364	(7.461)

- (i) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 9(i).
- (ii) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 16 (ii).
- (iii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento mensal e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 16 (v).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 02 de abril de 2026.

	Períodos de 3 meses findos em		Períodos de 6 meses findos em	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Remuneração da diretoria	(366)	(385)	(701)	(686)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores	(67)	(47)	(134)	(137)
Benefícios dos diretores (i)	(95)	(83)	(177)	(164)
Remuneração dos Conselheiros	(117)	(129)	(234)	(234)
	(645)	(644)	(1.246)	(1.221)

- (i) Compostos por assistência médica, seguros entre outros.

29 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e títulos e valores mobiliários	7 e 8	37.886	67.938
Contas a receber	9	47.790	47.016
Fundos vinculados	12	146.835	147.602
		232.511	262.556
Fornecedores e prov. socioambientais	16 e 20	69.815	100.087
Encargos setoriais		8.239	6.786
Uso do Bem Público	19	33.689	33.412
Empréstimos e financiamentos	17	1.077.569	1.086.264
Debêntures	18	262.594	285.544
		1.451.906	1.512.093

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio líquido	22	1.356.008	1.392.436
Ativo total		2.815.466	2.926.711
Índice de capital próprio		0,48	0,48
Passivo total		1.459.458	1.534.275
Ativo total		2.815.466	2.926.711
Índice de capital de terceiros		0,52	0,52
Dívida bruta	17 e 18	1.340.163	1.371.808
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	7 e 8	(37.886)	(67.938)
Dívida líquida		1.302.277	1.303.870
Patrimônio líquido	22	1.356.008	1.392.436
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		0,96	0,94

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco

de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas no Banco Itaú.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 7 e 8).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 7 e 8).

Risco de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 74% (71% em 31 de dezembro de 2025) de suas obrigações, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas receitas oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre são atreladas ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.
- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSF_{MRE}, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato venha sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem os valores de juros contratuais.

30 de junho de 2026								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		19.282	22.907	13.537	-	9.370	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	1.077.569	1.739.660	72.486	72.486	289.943	289.943	1.014.802
Debêntures	18	262.594	381.413	10.602	52.267	131.782	125.556	61.206
		<u>1.359.445</u>	<u>2.143.980</u>	<u>96.925</u>	<u>124.753</u>	<u>431.095</u>	<u>415.499</u>	<u>1.076.008</u>
31 de dezembro de 2025								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		42.971	45.655	37.980	-	7.675	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	1.086.264	1.785.581	71.423	71.423	285.693	285.693	1.071.349
Debêntures	18	285.544	418.305	43.967	10.501	126.098	126.306	111.433
		<u>1.414.779</u>	<u>2.249.541</u>	<u>153.370</u>	<u>81.924</u>	<u>419.466</u>	<u>411.999</u>	<u>1.182.782</u>

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 30 de junho de 2026, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesas financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data-base utilizada para os financiamentos foi 30 de junho de 2026, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
132.825		<i>Carteira de fundos</i>		<i>Carteira de fundos</i>	
	132.825	154.442	158.766	119.855	124.178
Receita financeira projetada	17.294	21.617	25.941	12.970	8.647
Taxa de juros	13,02%	16,28%	19,53%	9,77%	6,51%
Variação - R\$		4.323	8.647	(4.323)	(8.647)
Aplicações CDI (ii)					
28.718		<i>Aumento do CDI</i>		<i>Redução do CDI</i>	
	28.718	33.174	34.065	26.044	26.936
Receita financeira projetada	3.565	4.456	5.347	2.674	1.782
Taxa de juros	12,41%	15,52%	18,62%	9,31%	6,21%
Variação - R\$		891	1.782	(891)	(1.782)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.090.713		<i>Aumento da TJLP</i>		<i>Redução da TJLP</i>	
	1.090.713	1.214.782	1.239.595	1.016.272	1.041.086
Despesa financeira projetada	99.255	124.069	148.882	74.441	49.627
Taxa de juros	9,10%	11,38%	13,65%	6,83%	4,55%
Variação - R\$		24.814	49.627	(24.814)	(49.627)
Debêntures (b)					
267.831		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	267.831	283.566	286.713	258.390	261.537
Despesa financeira projetada	12.588	15.735	18.882	9.441	6.294
Taxa de juros	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
Variação - R\$		3.147	6.294	(3.147)	(6.294)
(i) Fundos de investimentos					
Aplicação em carteira de fundos				132.825	
Conta centralizadora				14.010	
Total dos saldos vinculados - Nota Explicativa nº 12				146.835	
(ii) Aplicações CDI					
Aplicação em CDI				28.718	
Aplicação automática				9.164	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 7 e 8.				37.882	
Composição dos saldos					
Nota Explicativa		BNDES (a)		Debêntures (b)	
Total do Passivo		17		18	
Custo da transação		1.077.569		262.594	
		13.144		5.237	
Saldo da dívida		1.090.713		267.831	
Premissas (médias entre 2026 e 2027)					
Carteira de fundos – Ativos		a.a.		13,02%	

CDI - Ativos	a.a.	12,32%
TJLP - Passivos	a.a.	9,10%
IPCA - Passivos	a.a.	4,70%

30 Compromissos

Em 30 de junho de 2026 a Companhia possui o montante de R\$ 93.268 (R\$ 65.135 em 31 de dezembro de 2025) de compromissos assumidos.

	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Operação e manutenção da usina (i)	67.529	50.296
Aquisição de energia elétrica	11.516	-
Assessorias, consultorias e auditorias (ii)	8.395	9.147
Outros (iii)	5.828	5.692
Total	<u>93.268</u>	<u>65.135</u>

- (i) Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R\$ 22 milhões) com vigência até abril de 2029, contrato fabricação e fornecimento de conjuntos de painéis para comporta vagão (R\$ 9 milhões) vigente até setembro de 2027 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R\$ 15 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.
- (ii) Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.
- (iii) Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, supersaturação gasosa, monitoramento hidrológico, custos administrativos tais como plano de saúde, serviços de conservação e limpeza e assessoria financeira.

31 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 30 de junho de 2025, a Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	30/06/2026	30/06/2025
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 14)	2.628	5.168
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	(870)	1.758
Aumento de imobilizado com efeito caixa	1.758	6.926
(i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	(25.142)	(9.727)
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	(870)	1.758
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	<u>(26.012)</u>	<u>(7.969)</u>

32 Eventos subsequentes

Em 29 de julho, a Companhia foi comunicada pela AXA Seguros S.A., sobre a conclusão definitiva da apuração dos danos materiais decorrentes do sinistro ocorrido em abril de 2025, tendo sido apurado o valor de indenização de R\$ 21.910, sem previsão de alterações futuras. Foram recebidos anteriormente dois adiantamentos, no montante total de R\$ 67.000, não havendo, por parte da seguradora, solicitação de devolução dos valores já pagos, estando o saldo remanescente da indenização final em fase de processamento para pagamento.

* * *

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9